

ATA NUMERO DEZ

Ao décimo dia de dezembro de dois mil e quinze pelas dezanove horas, no auditório da freguesia, sito na Travessa de S. Lazaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida Esteves e secretariado por Maria Manuela Borges Martins e Fernando de Oliveira Monteiro.

A folha de presença foi distribuída para a recolha de assinaturas dos membros da Assembleia de Freguesia, tendo-se verificado a ausência de Olímpio Coelho do PSD que se fez substituir por Joana Filipa Damião Lourenço portadora do CC numero 12743795925 e Maria da Rosa Ferreira do PS que se fez substituir por Adelino Fernandes Lopes, João Serra da CDU que se fez substituir por Márcio Guerra e Mário Rui do PS, que comunicou a sua indisponibilidade de continuar a estar presente nesta Assembleia por motivos pessoais, tendo o mesmo sido substituído a título definitivo por Carlos Martins dos Santos Portugal portador do cartão do cidadão número 04327835.

Marcou ainda presença o Executivo da Junta de Freguesia: O Presidente Diamantino Santos, a Secretaria Ana Maria Damião, o tesoureiro Vítor Costa, os vogais, Francisco Marques, e Marília Fernandes.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, após ter verificado a existência de quórum, deu início à sessão, começando por dar posse ao novo elemento desta Assembleia :

-Carlos Martins dos Santos Portugal; _____

Aproveitou o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, para dar as boas vindas a todos os presentes, saudando particularmente o novo elemento da assembleia e solicitou a melhor colaboração para que a reunião decorra com normalidade.

I -PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1-tempo destinado ao público:

Verificando-se a presença de público foi concedida a intervenção aos presentes pela ordem de inscrição, começando por intervir o Senhor Agostinho Matos que cumprimentou os presentes e apresentou-se como empresário sediado no centro histórico, tendo passado a justificação para a sua presença nesta assembleia, em documento que se anexa à ata (anexo I). O senhor António Barreto, cumprimentou os presentes e disse que em primeiro lugar queria referir que teve alguma dificuldade em encontrar no site da junta de freguesia, a informação da data e hora da desta reunião, bem como o regulamento do funcionamento da mesma. Perguntou depois, se alguns dos presentes sabiam onde era a Rua do Carvalho, e explicou que o que o ali levava é o facto de não ter fregueses no seu estabelecimento comercial, situação que começou a piorar após o início de umas obras que decorrem mesmo ao lado e que, entre outras contrariedades o impedem de retirar do interior da sua loja o que lá tem, nomeadamente uma guilhotina. Solicitou ajuda para retirar os seus pertences da loja para a poder entregar ao senhorio. Referiu que esta situação serve para ilustrar as dificuldades de quem exerce a sua actividade no centro histórico. Referiu ainda que tentou marcar uma reunião com o Presidente da Câmara, que até ao momento ainda não aconteceu. O senhor Jorge Manuel Ramos, cumprimentou todos os presentes, disse ser morador na Esculca, chamou a atenção para a demarcação entre Santiago e a Esculca, disse ainda que a Esculca é mais velha que Santiago, remontando a sua origem no século I depois de Cristo. Fez uma apresentação histórica da povoação da Esculca, da existência de diversos vestígios romanos no local, alguns destruídos pela falta de cuidado por parte de alguns a quando da realização de obras na povoação. Propôs que o cemitério velho de Santiago, fosse incorporado no cemitério da cidade, retomando aquele o nome de cemitério de São Pedro, pois tinha sido a Irmandade de São Pedro que o tinha edificado e assim ser restituído o seu a seu dono, pois o território onde ele se encontra pertence à Esculca e não a Santiago.

Em resposta às intervenções do público, o Presidente da Junta de Freguesia começou por cumprimentar os presentes, saudou a presença dos fregueses que vieram trazer as suas preocupações e com isso enriquecer a assembleia. Relativamente ao assunto que trouxe o senhor Agostinho, referiu é um assunto de grande importância que a todos preocupa e como conhecedor desta problemática e de todas estas reclamações que hoje foram aqui vertidas pelo nosso freguês, afirmou que em tempo útil levou estas mesmas preocupações à assembleia municipal. Referiu que tudo aquilo que aqui foi dito tem sido acompanhado, e levado junto do Presidente do Município, aos seus assessores e vereadores, obtendo da parte destes a garantia que o processo está a ser acompanhado. Afirmou que se as coisas têm sido bem ou mal conseguidas, não lhe cabe a ele neste momento decidir, apenas pode garantir que à escala da capacidade de atuação da junta de freguesia tudo tem feito para chamar a atenção para este problema. Deixou clara a sua concordância com a posição do Sr. Agostinho, enaltecendo o investimento que ele fez no local, e concluiu acreditar que o município estipulou o controlo de ruído e os horários, ouvindo as diferentes partes envolvidas no processo, para que os mesmos sejam cumpridos. Acrescentou que contactada a assessoria da câmara para a questão do policiamento, informado que a câmara continua a suportar os custos da brigada de policiamento nos dias estipulados, e ainda de outra brigada extraordinária para fazer o policiamento do centro histórico em datas de maior movimento. Relativamente à clandestinidade ou ilegalidade de alguns operadores que estão a trabalhar no centro histórico, referiu que há entidades responsáveis, que devem ser informadas dessas ilegalidades para atuarem em conformidade. Continuou referindo que a comissão

criada pelo município para acompanhamento da situação no centro histórico, engloba entidades com idoneidade e isenção e com capacidade e competência para tentarem ultrapassar a questão levantada pelo nosso freguês. O papel da junta de freguesia, tem sido de acompanhamento de todo o processo, falando com os intervenientes e mostrado à camara a nossa preocupação. Concluiu que recebe e lê com toda a atenção os documentos que nos foi fazendo chegar, mas que não sendo à freguesia que compete legislar nessa matéria compete o chamar sistematicamente a atenção para que o centro histórico tenha outra vida e seja um local de oportunidade para todos. Em relação ao senhor António Barreto, referiu que conhece muito bem a Rua do Carvalho, está a cinquenta metros da sede, passa lá muitas vezes a pé, e compreende a sua frustração de ter investido em Viseu, criado a natural expectativa de vir para o comércio local e ele não estar a corresponder. Referiu que infelizmente este é um problema que se vive com frequência na cidade e em qualquer cidade onde se fazem obras. Efetivamente aquela obra, tem uma grua colocada, não há outra forma de fazer a obra em curso, mas não sabia que a mesma impedia o livre acesso à sua loja, pelo que irá tentar perceber junto dos responsáveis da obra qual a forma de resolver a preocupação que aqui nos transmitiu. Em relação ao senhor Jorge Manoel, começou por agradecer a “aula de história”, referindo no entanto rezear nada poder fazer acerca da sua pretensão.

Antes de terminado o período destinado ao público, o senhor Agostinho pediu para intervir, tendo sido autorizado pelo presidente da assembleia, na condição de ser sintético, pois o período segundo o regulamento destinado a este ponto estava esgotado. Referiu que em relação à comissão do município, tinha sido convidado para pertencer à mesma, mas abdicou do cargo por achar que o senhor vice-presidente do turismo do centro era uma pessoa mais indicada e qualificada do que ele para ficar na dita, em relação aos moradores referiu que desconhece se já se queixaram ou não e em relação às entidades já comunicou para o ministério público e aguarda pelos resultados.

Terminadas as intervenções do público e presidente da assembleia agradeceu a presença do mesmo e os temas que trouxeram a esta assembleia, convidando-os a assistirem ao resto da reunião.

Passou-se de seguida à votação da ata anterior, que foi aprovada com duas abstenções.

2-Informação da Junta de Freguesia

Na abertura deste ponto o Presidente da Assembleia comunicou que iria ser dispensada a leitura do documento que suporta este ponto pois o mesmo tinha já sido previamente distribuído por todos os presentes passando-se de imediato às intervenções dos membros da assembleia.

Dada a palavra a Mafalda Ferreira, (PSD) esta destacou o trabalho do executivo, na área social e o trabalho desenvolvido, pelos estagiários da Escola Superior de Educação de Viseu, a loja solidária, as oficinas temáticas, a caracterização sociodemográfica da freguesia, a reunião preparatória para a comissão social da freguesia, a inauguração do centro de convívio sénior em Gumirães no âmbito do primeiro orçamento participativo. Deu os parabéns ao executivo pela iniciativa e esforço pelos cento e quarenta cabazes de natal que vão ser distribuídos aos mais carenciados e a ceia de natal da freguesia que este ano será alargada a famílias carenciadas.

Alexandre Pinto (PS), referiu a preocupação com o centro histórico, e que o executivo tem dado prioridade à gestão das infraestruturas, mas que não é só esse o problema, pois que o centro histórico tem pessoas, economia local, moradores, proprietários, comerciantes, e de facto, uma comissão para a revitalização dele, deve traduzir o diálogo, cooperação e parceria, para evitar situações como as expostas pelo senhor Agostinho. Disse que, no passado se tentou encontrar soluções através de comissões de moradores mas que entretanto se perdeu um pouco disso. Que no centro histórico, para além das ações de compra e venda de imóveis, há pessoas e que entidades e pessoas se devem sentar e falar. A caracterização sociodemográfica da freguesia é uma chave para abrir o diálogo para o tecido económico e social do centro histórico. Ter um processo de revitalização e bloquear alguém dentro da sua loja é uma coisa que não se percebe tal como querer falar com o representante do centro histórico e não conseguir. Em relação às propostas do executivo, o PS é de entendimento que a loja solidária não é solução, a solidariedade deve ser apoiada pelas associações e a junta de freguesia, deve apoiar e não substituir-se a elas. Quanto ao apoio ao associativismo, pretende saber quais as associações apoiadas, os montantes, os projetos, e que resultados se vão obter com o financiamento. Como membros da assembleia, existe o direito de pedir que essa informação seja prestada na assembleias, referindo que se diz que vai ser paga a segunda tranche sem que a assembleia saiba sequer da primeira.

Márcio Guerra (CDU), disse, que queria propor uma alteração ao regimento da assembleia de modo a possibilitar que os elementos da assembleia possam falar sobre as questões trazidas pelo público.

O presidente da assembleia, informou que o regimento tinha já sido votado e aprovado, pelo que essa questão não se colocava. Recordou que a CDU, aquando da elaboração do regimento, esteve ausente, apesar de convocada e não justificou a falta.

Márcio Guerra disse que a CDU tem um vasto património sobre intervenção política quanto à questão do centro histórico, e que a assembleia de freguesia devia tomar uma posição específica e política, quanto a essa matéria. Referiu as intervenções da CDU na assembleia municipal, e que a questão dos horários para o comércio não é restrita ao centro histórico mas é de todo o município, que a CDU. Que a CDU solicitou informação de quem são os elementos da comissão e ainda não teve resposta e que a assembleia devia tomar uma posição sobre a questão do senhor Agostinho. Sobre a situação financeira, referiu que as receitas de capital são

de doze mil euros, mas estavam orçamentados duzentos e dez mil, e que no orçamento de dois mil e catorze a camara municipal tinha para transferir cerca de duzentos mil e recebemos cerca de treze mil. Que a camara está assim a atrasar os investimentos das juntas de freguesia. Que gostaria de ter pelo executivo informação, a obter junto da câmara municipal, de quando as obras necessárias e algumas programadas há vários anos, serão concretizadas e qual o valor que a camara vai transferir para a junta até final do ano. Que a camara municipal deveria delegar funções nas juntas. Sobre a síntese da atividade do quarto trimestre fez entrega do requerimento á mesa. Disse que a CDU ainda não teve resposta do requerimento apresentado em vinte e sete de março de dois mil e quinze. (anexo II;III; IV).

Luis Mouga Lopes (BE) Apresentou proposta para um voto de solidariedade com todos os ativistas detidos no passado mês de junho de dois mil e quinze em Angola (anexo V) . Congratulou o executivo pela organização da sexta edição do mercado indo eu, fez a referência á segunda edição do prémio Miguel Portas 2015-2016 que pretende premiar iniciativas, atividades ou projetos de âmbito cultural, social, artístico ou político, já realizados ou em curso, que decorram em Portugal e se integrem no tema proposto, que nesta segunda edição é “Entre Pontes e Margens- Migrações”, e ainda á votação on-line no orçamento participativo e á ação de formação, plano de inclusão de formação financeira nas juntas de freguesia.

Jorge Azevedo (CDS), disse, quanto aos problemas trazidos pelo senhor Agostinho Matos, que o executivo e o hotel em funcionamento no centro histórico estão com dificuldades em encontrar um consenso, e que é seu desejo que cheguem a acordo, que permita que funcionem com regras e que consigam coabitar o centro histórico com vida e o centro histórico com pessoas .Relativamente ao senhor Barreto, deve a junta seja o motor para que possa resolver o seu problema Quanto á síntese da actividade referiu que, nesta data, como elemento da assembleia, não conhece o trabalho, que deve ser apresentado, para ser analisado e avaliado na assembleia, que o trabalho deve ser do conhecimento público. Que a assembleia ainda não viu um questionário, uma coisa que seja feita, para tomar conhecimento daquilo que se esta a passar, como representantes das pessoas, Quanto aos resultados do questionário perguntou quem o fez e validou, e se foi feito algum levantamento de zonas onde se verifique que o número de idosos é inferior no centro histórico comparativamente com outras zonas, como por exemplo Gumirães, Santiago e outras. Se no estudo se sabe quantas pessoas idosas vivem na Cava de Viriato, quantas pessoas vivem no centro histórico. Quanto á loja solidária entende que deve haver respeito pelas pessoas. Que ir a uma loja levar roupa rota, para trocar por nova e ainda aí conviverem uns com os outros, já não chega o mal de terem fracos recurso, ainda se juntam todos num sítio para conviver. Não concorda, por isso, com a loja solidária, nem com os cabazes e estes devem ser dados sem publicidade, dados de forma discreta. Quanto á comissão social da freguesia, não entende pois que se diz que se realizou a primeira reunião preparatória com os parceiros a integrar a mesma, pelo que agora se aguarda a aprovação de algumas associações no CLAS, se pertencem á comissão ainda vão ser aprovados pelo Clãs?. Uma comissão é para acompanhar, não é para executar projetos. É para fazer o acompanhamento dos projetos de caracter social que possam surgir na freguesia. Quanto aos ateliers, que irão ter um formato diferente, seria importante dizer o que estava mal nos anteriores e o que se vai modificar nos novos. Quanto ao apoio associativo, que acompanhamento, qual a monitorização aos projetos, para que possamos dizer a todos os presentes e lá fora, que o dinheiro, esta a ser bem entregue a associações a,b, ou c.

Augusto Antunes (PS), disse cingir-me á síntese do quarto trimestre, e que quando colocadas questões de competências por um o senhor presidente, diz isso é com a câmara, mas depois quando aprofundadas ou expostas noutro campo aí já se põe a questão da competência da articulação com o município. Explicitando, começam pelo caminho da Aguireira. Esta zona da Aguireira é um mau exemplo, é uma zona esquecida, os silvados, buracos nas ruas, num município como o nosso, devíamos ter mais cuidado com uma porta de entrada da cidade, a zona do tribunal é uma desgraça de silvados e lixo. Não basta o senhor presidente da junta dizer que existe complementaridade, não basta que o município ou a junta façam uns pequenos cortes de silvas, deve haver mais atenção a toda a freguesia. O centro está sempre bonito mas esquecemos as outras partes importantes da freguesia, cuidem da imagem no seu todo. Quanto aos cabazes o nosso grupo parlamentar refuta esta ideia da caridadezinha, é muito mais a questão dos cabazes publicitados, como diz o Jorge Azevedo, não vale a pena entregar cabazes publicidades, vamos entrega-los no recato.

Dada a palavra ao presidente do executivo, este concordou com o que foi dito por Mafalda Teixeira, e referiu que um estagiário colocado na freguesia tem feito um trabalho de qualidade, supervisionado por uma pessoa insuspeita. Quanto à entrega de cabazes nada foi publicitado e que apenas foi aqui referida o pelo elemento da assembleia Mafalda Teixeira, que iríamos entregar os cento e quarenta cabazes, numa parceria com o município, é uma pratica que tem vindo a ser feita, não é publicitado o evento, e a junta de freguesia vai fazê-lo com recato.

Quanto ao problema do centro histórico, estamos envolver a policia, a câmara, a junta de freguesia, os moradores, os comerciantes, inclusive que se preocuparam em fazer um manual de boas praticas. Estamos preocupados com a revitalização do centro histórico, aqui há pessoas, completamente de acordo, mas se não tiver lá a qualidade e a reconstrução dos edificios, o que é que as pessoas e o comercio fazem? Se não fosse, por exemplo, o Exmo Senhor. Agostinho Matos, ter a qualidade do edificio que lá tem, como é que as pessoas lá iam ficar? Precisamos de encontrar um ponto de entendimento entre o que é preciso fazer e a necessidade absoluta de ter pessoas no centro histórico, tem a ver com pessoas e com as infra-estruturas que ai se constroem. A coordenação social da freguesia, é chamar as entidades que estão no terreno e que trabalhem nesta matéria, a cooperar queremos a comissão na perspectiva de coordenação do trabalho e é uma mais valia ter essas entidades como nossos parceiros.

O movimento associativo, na mesma forma que estamos aqui a avaliar os protocolos, acordos de parceria que fizemos, á um ano atrás, no final do ano, na apresentação de contas, na próxima assembleia, vão ter avaliação do movimento associativo. Não

escondemos nada, neste momento ainda estamos a pagar as segundas tranches, às associações que se candidataram. Quando apresentámos o dia do associativismo, na associação dos comerciantes, dissemos claramente que os apoios iam ser .

Quanto á comissão do centro histórico vai solicitar á câmara municipal, a informação de quem são os elementos que constituem a comissão e se informaram as diferentes forças políticas.

Quanto ao prémio Miguel Portas, é interessante, pois Miguel Portas foi um cidadão, com intervenção positiva na vida cívica portuguesa e portanto subscreve e está aberto a divulgar. A sexta edição do mercado indo eu, tem um recorde de inscritos com cerca de oitenta pessoas , e o próximo conta com um projeto convidado, virado para a área científica, a nível do conhecimento.

Quanto ao trabalho minucioso, dos relatórios, da avaliação, não temos de trazer todos os documentos connosco para aqui.

Temos legitimidade de governar dada pelo povo. Temos os documentos que produzimos, estamos completamente tranquilos relativamente a isso. A loja solidária, é de uma profunda ignorância o que disse, é a linguagem habitual do desprezo pelas coisas que se fazem, ninguém entra de roupa esfarrapada e sai de lá limpo, convido lá estar connosco e ver como fazemos nada do que afirma se traduz naquilo que é, relativamente a essa matéria. Ateliers, alguns funcionam muito bem, ainda hoje tive o orgulho, de estar na abertura daquele centro convívio em Gumirães, uma associação periférica, tanto é importante o centro, como qualquer outro território da freguesia, podemos perceber naquele território periférico, a adesão espontânea das pessoas, todo o trabalho que lá foi feito, este espaço convívio hoje é muito utilizado pelas pessoas idosas e também por jovens.

Quanto ás competências do executivo da freguesia e do município, estão vertidas na lei. A complementaridade é necessária, e dependemos das transferências financeiras da câmara. Temos tido algumas dificuldades na zona da aguieira, são grandes extensões de silvados, mas são de particulares e aí só podemos dizer á câmara que faça as notificação através do serviço de fiscalização para que resolva o problema. Foi notório este ano, nesses terrenos, melhorias em relação a anos anteriores. Não está como gostaríamos, temos de fazer mais e melhor e temos de envolver todos os cidadãos nomeadamente os promotores imobiliários e as pessoas que lá têm terrenos.

O senhor presidente da assembleia, referiu que, como ainda resta algum tempo para este ponto da ordem de trabalhos, se permite uma segunda ronda de intervenções. Informou que os documentos que chegam à mesa são reencaminhadas em conformidade. Que a requisição em causa tinha a ver com contratos e os protocolos, em relação aos protocolos ficou decidido em assembleia e que tem sido cumprido que todos os protocolos celebrados têm de vir i para ratificação, quanto aos contratos, não era muito específica a requisição, não sabíamos se eram todos os contratos que a junta fazia. A função da mesa é dar seguimento aquilo ao que lhe chega, o que efectivamente faz.

Deu a palavra a Jorge Azevedo (CDS) que disse que quanto á loja solidária, passa a citar o documento:” foi feita uma reformulação e inventario detalhado, da loja solidária, onde as roupas em mau estado, estão a ser trocadas por roupas novas para serem entregues, mais ainda a loja solidária, conta agora com um espaço convívio, que acolhe todas as pessoas que nos queiram visitar.” Augusto Antunes (PS) Chamou a atenção para a existência de silvados, na freguesia e em particular na zona da Aguieira, e que em Jagueiros, num terreno seu, porque o vizinho o acusa à câmara, esta praticamente todos os anos, o convida a limpar o terreno, e até já o multou e no entanto vê grandes extensões a volta da sua casa, e do tribunal e ninguém se preocupa e aquilo não esta melhor que em anos anteriores . Recomendo ou sugere que se tratem os terrenos, os territórios da cidade de modo igual.

Manuela Martins (PS, questionou, o trabalho de caracterização sociodemográfica, que está a ser feito com aplicação de questionários às pessoas mais idosas no centro histórico, cava de viriato, que deverão ser feito as outras zonas da freguesia, e se é só para seniores ou se, simultaneamente, é feito o levantamento de pessoas com deficiência adquiridas, pois entende ser importante saber quantas pessoas com deficiência existem na freguesia, , até para que uma associação, uma entidade possa propor um projeto qualquer de apoio a essas pessoas.

Carlos Portugal (PS), afirmou que em relação as pessoas com deficiência, que o levantamento a fazer deveria ter alguma colaboração académica com pessoas com capacidade técnica e profissional, e que certamente a escola superior de enfermagem, o instituto politécnico, e nomeadamente a nível da área social teriam todo o gosto e toda a disponibilidade para fazer isso, do ponto de vista académico, com rigor técnico-científico, se é que ainda não foi feito. Referiu que o estudo a nível nacional esta feito e publicado, e que há cerca de cento e sessenta mil pessoas com deficiência, das quais cerca de cinquenta mil com dependência completa, e para estes apenas cerca de sete mil camas para os recolher.

Em resposta o presidente do executivo disse que a parceria com uma empresa para reciclarem de roupa, que recolhe as roupas da loja solidária que não preenchem as condições mínimas de uso, e que e por isso reciclam, a empresa recolhe-as e que em troca entrega mantas, cobertores e atalhados. Quanto á questão dos silvados afirmou que as notificações para a limpeza é o procedimento e que todos devem ser tratados da mesma maneira, e que vai sensibilizar a câmara para a fiscalização e que tem enviado vários ofícios a chamar a atenção para situações.

Felizmente a nossa freguesia é uma freguesia grande, no contexto das freguesias do país, mas infelizmente nós não temos os quadros que gostaríamos de ter, e este questionário, não temos pessoal digamos da freguesia para fazer este trabalho, acho que é

melhor fazer-lo bem feito no território que escolhemos, quem está a aplicar isto são as estagiárias, da ESEV, supervisionadas pela professora Maria João. Em relação aos questionários poderá ser disponibilizado se assim o entenderem.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1-Análise da situação financeira da Junta de Freguesia de Viseu.

O presidente da assembleia começou por referir que os elementos da assembleia receberam os documentos de suporte para este ponto e que a discussão pode ser alargada já ao ponto seguinte mas sublinha que os documentos depois serão votados em separado. Após aceitar as inscrições dos elementos da assembleia para intervir passou a palavra.

Luís Mouga Lopes (BE), antes de mais gostaria de comentar o que ouvi e diversas situações que me ajudaram a decidir relativamente aos votos de sempre e aos de hoje. Gostaria que a assembleia registasse o seguinte: no início deste mandato, antes do executivo tomar posse, tentei fazer uma convergência à esquerda, convidando o Alexandre Pinto do PS e o João Serra do PCP para falarmos, para coordenarmos uma estratégia. Vim a perceber mais tarde que, surpreendentemente, o PS e o CDS já tinham algo combinado. Já tinham negociado com o Executivo a Presidência da Mesa da assembleia. Pessoalmente, nada tenho contra os meus amigos Doutor Álvaro Meneses e Jorge Azevedo, mas o Bloco de Esquerda nunca teve pretensões em acordar algo com o CDS. Por outro lado, e digo-o aqui, olhos nos olhos, nesta assembleia, recuso entrar no jogo da política mesquinha onde se fala com jornalistas somente para distorcer a realidade, e manipular a opinião pública. Acreditem: será um orgulho meu, Luís Mouga Lopes, representante do Bloco de Esquerda nesta assembleia, chegar ao fim do mandato e ter sentido que colaboramos positivamente com o executivo com o objetivo único de melhorar a nossa freguesia, a nossa cidade. De termos pensado única e exclusivamente no bem dos viseenses.

Tendo em conta o grau de execução orçamental de dois mil e catorze, visto o controlo orçamental de dois mil quinze só ser entregue na próxima assembleia de prestação de contas, verificamos que as receitas correntes, impostos diretos, etc., obtiveram um grau de execução acima dos oitenta por cento mas, por outro lado, as receitas de capital obtiveram somente um grau de execução de quatro virgula seis, levando a que a receita cobrada líquida tenha sido de somente quinhentos e cinco mil e seiscentos e um euro, com um grau de execução orçamental de cinquenta e seis por cento. Perguntamos: qual a sustentabilidade orçamental desta provisão de recebimentos, tendo em conta a evolução da economia? Qual o grau de fiabilidade da evolução dos contratos-programa com a câmara, das delegações de competências? Qual a vossa previsão para o grau de execução dos contratos-programa de delegação de competências por parte do município? É que, pelo lado das receitas, tem havido um grande optimismo recorrente.

Uma crítica ao executivo: as Receitas correntes prometem a perseguição aos rendimentos das famílias por parte do município e as Receitas e as transferências de capital aumentam de duzentos e dez mil euros para quinhentos e dois mil cento e quinze euros.

Qual o rigor utilizado para planear este reforço de transferência de verba por parte da câmara? Gostaríamos que o executivo explicasse este aumento brutal, tendo em conta a ultima revisão orçamental. O mesmo pergunto, em temos de despesa orçamentada: gostaríamos de obter maior informação relativamente aos projectos e obras orçamentadas, pois acreditamos que estas referências não servem somente para justificar transferência de verbas. Qual tem sido o rigor utilizado? Se por um lado a execução tem sido forte no que diz respeito às despesas correntes, já no que diz respeito a despesas de capital, a execução fica-se pelos cinquenta e cinco por cento, tendo a rubrica viadutos, arruamentos e obras complementares, por exemplo, ficado nos cinco virgula sete por cento. Relembro que estou a indicar valores registados no mapa controlo orçamental de dois mil e catorze. Por outro lado, tendo em conta o plano plurianual, qual a prestativa para dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, que agora orçamentamos, aquando da apresentação do controlo orçamental?

Contudo, tendo em conta o aumento das despesas em mais trinta e sete virgula dezassete por cento vemos, positivamente, o aumento das verbas nas rubricas, reparação de fontenários, limpeza e varredura da freguesia, atividades desportivas e atividades culturais e, claro, o reforço da verba relativa ao orçamento participativo para trinta e cinco mil euros. Achamos que a democratização do orçamento, das decisões políticas e das decisões da gestão pública passam por este ato referido na Constituição. Por outro lado, interrogamos o aumento da verba registada na aquisição de bens e serviço e nos encargos das instalações, que aumentaram de nove mil para onze mil e quinhentos euros; o aumento da conservação de bens de cento e quarenta um mil e trezentos euros para cento e setenta mil euros e das verbas para estudos, pareceres, projetos e consultorias e transferências correntes. Gostaríamos, também, de conhecer quais as instituições sem fins lucrativos beneficiadas e respectivos montantes a transferir. Por fim, gostaríamos de obter mais informação relativamente à rubrica despesas de capital (viadutos, arruamentos e obras complementares) onde se regista um aumento de cento e quatro por cento, rubrica esta que vê a verba ser aumentada de duzentos e cinco mil e cem euros para quatrocentos mil quinhentos e sessenta euros.

Augusto Antunes (PS), este orçamento vem em linha dos anteriores, não percebe como é que um órgão para funcionar gasta este dinheiro ou pretendem gastar este conjunto de verbas, com despesas tão fortes desde logo com despesas com pessoal, parecem pesadas para fazermos democracia fica caro. Continua a gastar muito em zonas verdes, quando somos uma cidade pobre, abaixo

da média nacional, em vez de gastar em apoios de cariz mais social. Em concreto, propõem-se gastar muito dinheiro, ajudas de custo, representações, etc, parece pesado, algumas despesas ligadas a estudos e pareceres, representações de serviço, verbas parecem muito pesadas. Como positivo, aumento da verba o OP, batemo-nos, quando apresentaram dez mil euros para que esse montante fosse aumentado e é bom verificar isso e realçar este aumento. Uma nota: em orçamento anterior dois mil e quinze, propunham-se gastar no largo do chafariz em Santiago, uma verba de sessenta mil euros temos agora uma verba de cento e cinquenta mil euros, propõe-se descobrir petróleo em Santiago, aquele largo que lá está tão pequeno, andamos a medir a metro, onde vão gastar esta verba.

Márcio Guerra (CDU), o PPI denota uma melhoria mas deveria ser mais minucioso, nalguns assuntos, quanto ao orçamento é uma continuação dos anteriores, perdendo aqui uma oportunidade de desenvolvimento de atividades. Continuamos a ver o PPI, com algumas obras apresentadas que vão passando de ano para ano. O largo do chafariz de Santiago, o projeto teve de ser refeito, só demonstra que algo estava mal. Se até hoje a câmara não tem cumprido com as transferências de capital, como proposto nos orçamentos anteriores, os quinhentos e quatro mil euros neste orçamento, não deverão ser cumpridos, por tudo isto votaremos conta o orçamento.

Jorge Azevedo (CDS), no meu lugar, e em resposta ao Luís Mouga Lopes, em primeiro lugar o CDS nunca, reuniu com quem quer que seja, para estar ali sentado, nunca pedi a nenhuma força partidária o apoio para sermos candidatos, quer a mesa, quer ao executivo, só não faz parte do executivo porque assim não o entendemos.

Relativamente ao orçamento, houve um acréscimo de cerca de trinta no global, verificamos ainda que continuamos com verbas de ajudas de custo, cinco mil e trezentos euros, obras extraordinárias, ainda continuamos a fazer, onde todos os organismos públicos têm uma diretiva para que não se façam, outros bens, alguns gastos, só queria dizer efetivamente, houve algum cuidado, relativamente ao Largo Chafariz, começou em noventa mil euros, na segunda passou para perto de sessenta mil, penso que não estou enganado, vem o senhor Presidente dizer vejam como se faz a obra a poupar dinheiro, e hoje verificamos que é de cento e cinquenta e nove mil.

Alexandre Pinto (PS), disse que o PS vota contra o orçamento, pois ele vem em linha com os anteriores e tem agora uma nova tendência eleitoralista. É um orçamento desequilibrado, não responde às necessidades nas áreas sociais, culturais, desportivas, às necessidades urgentes da freguesia. Tem algumas ligeiras correções mas ainda assim insiste no despesismo. Os PPIs que temos votado são uma ficção, desde dois mil e catorze que há verbas que estão lá, mas as taxas de execução são de zero. Enumerou: requalificação fonte chafurda na Esculca, requalificação conduta dom chafariz na Esculca, coletor de águas fluviais em Gumirães, requalificação verde do pinhó, lagareiro do pinhó em Gumirães vem desde dois mil e catorze, requalificação da Quinta de São José, requalificação Bairro Municipal Marzovelos, Av. 25 de Abril /Av. Alexandre Herculano, arranjo Pedro Alvares Cabral, reorganização do trânsito no Fontelo, Largo do chafariz de Santiago, requalificação do Bairro das Mesuras, entre outros. Como o orçamento está ligado ao PPI não temos outra saída, do ponto de vista político, senão votar desfavoravelmente.

Luís Mouga Lopes (BE), disse que, tendo em conta as diversas modificações do PPI, o próximo documento relativo ao controlo orçamental, aquando da apresentação de contas relativas a dois mil e quinze, deveria ter um resumo explicativo, nomeadamente das obras em curso, que facilite a perceção da estratégia do executivo em termos de execução orçamental.

O presidente do executivo, disse que o orçamento é uma continuidade do anterior, por não se saber exatamente o que vai acontecer no âmbito das transferências para a junta, e que, em conformidade com o POCAL nessas circunstâncias, se deve seguir a prática nos anos anteriores. O orçamento é um documento previsional e não um documento de despesas. As despesas são refletidas na prestação de contas. A freguesia não tem competência nem receitas próprias, em matéria de investimento, está dependente do município a satisfação da rubrica do investimento. É dessa dependência que se originam os recuos e avanços, nomeadamente das obras do chafariz de Santiago, obra ainda da freguesia de São José, e o projeto que existia partiu do pressuposto de um terreno particular que não estava cedido. Refez-se o projeto, e será um projeto de implantação a concretizar. Na questão do projeto em si, o município deu autorização para o executar fora do município e a junta vai abrir concurso público. Outro caso é a quinta de São José, um bairro a necessitar de uma remodelação profunda e acredita que nos próximos anos a administração municipal vai dar uma volta significativa aos bairros da freguesia que já estão com alguma idade, o caso de São José, que necessita de uma rotunda no cruzamento que dá acesso ao centro de saúde, obra que vai chegar aos quinhentos mil euros, e que a câmara vai assumir essa responsabilidade. A freguesia trocou esse investimento pelo bairro das Mesuras onde vivem pessoas idosas e que do ponto de vista da mobilidade tem carências graves, de iluminação, não há passeios e é obra prioritária. A Reabilitação da fonte chafurda do pinhó vai ter o contrato programa e o protocolo para a execução das duas obras que ter um só contrato programa. O coletor as águas fluviais vai ser executado em dois mil de dezasseis.

Quanto á questão colocada por Alexandre Azevedo Pinto, que tem haver com o espaço verde, esta reabilitação que estamos a fazer, tem haver com o facto de ali perto existirem dois polivalentes, a uma distância de cerca de cento e cinquenta metros, um dos polivalentes não tem qualquer eficácia, é o que está no Pinhó, degradado, material estragado, e o que sugerimos foi retirar este polivalente, e pois o outro esta neste momento a associação a utiliza-lo e completarem e acabarem a zona verde. Discorda da acusação que foi feita de fazer obras eleitoralistas, que, não defende e acredita que o povo português já não vai nisso. A requalificação diversa são pequenas obras e, melhorias no plano de mobilidade em parceria como município que vão trazer para as pessoas melhor qualidade. Quanto ás ajudas de custo, esclarece que o presidente do executivo está a tempo inteiro, há

participação por transferência direta e assim são devidamente contabilizados os valores. A questão das horas extraordinárias aberta em rubrica, só será utilizada se necessária.

Submetido a votação foi o orçamento de dois mil e dezasseis aprovado por maioria, com oito votos contra e duas abstenções.

2-Apreciação, Discussão e Decisão sobre o Plano Plurianual de atividades e Investimentos de 2016;

Submetido a votação o Plano Plurianual de atividades e Investimentos de 2016 foi aprovado por maioria com oito votos contra e duas abstenções

3-Aprovação do Quadro de Pessoal da Freguesia de Viseu;

Luís Mougá Lopes (BE), disse que no V boletim oposição positiva, enviada ao executivo, para além de darem vários contributos, congratulámos a aplicação das trinta e cinco horas de trabalho semanal na freguesia de Viseu; pois é a aplicação de um princípio da boa-fé, a afirmação do poder local democrático constitucionalmente consagrado e o direito constitucional e legal à contratação coletiva bem como o respeito pelo regime jurídico das autarquias locais. Que a alteração do horário do trabalho das trinta e cinco horas para as quarenta foi, para além de um retrocesso civilizacional inadmissível em pleno século XXI, um corte na qualidade de vida das famílias. Que a imposição da alteração do horário do trabalho das trinta e cinco para as quarenta, demonstrou falta de visão política e de gestão, que levou ao aumento do absentismo e à diminuição de eficiência.

Augusto Antunes (PS), colocou a questão de se justificar ou não a criação dos postos de trabalho, para assistente técnico, com tanta gente que há nas câmaras, e da necessidade de dois elementos para o espaço cidadão, se justifica a criação desses postos de trabalho e a de técnico superior, se é uma função que diga respeito à junta de freguesia.

O presidente da junta, quanto às trinta e cinco horas semanais, disse haver dúvidas se o acordo do contrato coletivo de trabalho celebrado com os municípios é extensível às freguesias e que se e o município passar para as trinta e cinco horas a freguesia também o vai fazer. Quanto ao facto de ter necessidade de admitir mais três e haver vaga para quatro, este quarto lugar, foi de um funcionário que rescindiu e questão de reforçar com três lugares, tem a ver a freguesia ir abrir uma loja no espaço cidadão no centro histórico, para isso precisa no mínimo de duas pessoas, e o que elas vão fazer é de grande complexidade e de grande responsabilidade, como mexer com dinheiros, documentos, cartas de condução, etc. O técnico superior prende-se com a necessidade de supervisionar, dada a dimensão da freguesia, o ideal é que tenhamos alguém com capacidade para ser o coordenador das equipas que vão trabalhar connosco, com as instituições que queiram ser nossos parceiros.

Submetido a votação o quadro de pessoal foi aprovado por maioria, com oito abstenções.

4-Ratificação de protocolos celebrados entre a Junta de Freguesia e diversas entidades;

Jorge Azevedo (CDS), chamou a atenção para o teor da segunda parte onde refere, por parte da freguesia de Viseu, a divulgação das atividades, entre outros objetivos, noutros recursos materiais, etc, querendo esclarecimentos sobre isso.

Márcio Guerra(CDU), pediu esclarecimentos se em relação aos protocolos há verbas envolvidas, se há custos para a freguesia, haverá custos para os fregueses. No ponto B, onde se diz estar a junta a trabalhar com a associação, perguntou se a associação precisar de cem pessoas, vai a junta procura-las, mobiliza-las? E ainda que os protocolos não devem ter datas incertas, e deverão todos os anos ser avaliados pela assembleia de freguesia, daí a vontade de conhecer os protocolos existentes, como já fizeram questão de referir.

Manuela Martins (PS), relativamente ao protocolo em análise, disse que gostariam de perceber a que se destina, o que envolve e, nomeadamente se se destina a pessoas da junta e de que forma serão apoiadas se forem mobilizadoras desses serviços que esta associação irá prestar. No passado já ratificamos vários protocolos, e era importante sabermos até que ponto estão a ser uma mais-valia para os municípios desta junta, e em relação a este perceber realmente se é só aqui ou se a junta irá apoiar diretamente algumas pessoas que necessitam dos serviços desta associação.

O presidente do executivo respondeu que, quanto aos protocolos do ano passado, fizeram um relatório síntese da sua avaliação, os que devem cessar e os que acrescentam mais-valia para a freguesia As pessoas que necessitem dos serviços vão utilizá-los de gratuitamente e se alguém puder pagar paga, para as famílias carenciadas será gratuito. Desafiou os parceiros, a apresentarem projetos que, se forem reconhecidos pelo júri, serão apoiados. Os apoios diretos são concedidos por via de candidaturas.

Submetidos a votação foram aprovados por unanimidade.

5-Discussão de outros assuntos de interesse para a Freguesia de Viseu.

Luís Mougá Lopes (BE), disse no V boletim oposição positiva o BE sugeriu a criação do dia do associativismo e da economia solidária, com o objetivo de incentivar a criação de eventos e atividades económicas sustentáveis, geridas na base da cooperação entre as diversas associações abrangidas e os seus associados, numa perspetiva de desenvolvimento local e de construção de

relações sociais emancipadoras e equitativas. Ao vincular-se este dia à agenda plurianual da freguesia, estar-se-á a vincular a questão do associativismo e da economia solidária como ferramenta de desenvolvimento local. Mais do que se proceder à distribuição controlada de verbas a associações de índole local, proceder-se-á a uma discussão conceitual programada, de natural evolução, relativamente às dimensões do associativismo moderno e da economia solidária. Sugeriu a inscrição da freguesia na plataforma como instituição voluntária; www.refugiados.pt. Que é uma demonstração da responsabilidade social a organização do acolhimento de famílias, apoiando na criação das condições necessárias de alojamento, alimentação, trabalho, aprendizagem de português, acesso à educação, entre outros apoios. Formação gratuita em programação, investir nos cidadãos gerando competências em programação e tecnologias de informação. Aproveitamento e dinamização da Mata do Fontelo, inventariação florestal e reflorestamento da mata do Fontelo, reabilitação e divulgação do "percurso da natureza", reabilitação e aproveitamento do bar junto ao estádio de futebol, reabilitação do wc público único e construção de novos wc públicos. Atualização do site; www.freguesiadeviseu.pt, nomeadamente na publicação das atas do executivo e da assembleia da freguesia. Propôs um voto de solidariedade com os ativistas detidos em junho em Angola, que leu e entregou á mesa em suporte de papel (anexo V), que submetido a votação foi aprovado por maioria com a abstenção do CDS que fez uma declaração de voto, no sentido de que o CDS não concorda com o teor contido no documento, por entender ser mais importante o direito e liberdade das pessoas do que propriamente o texto contido no documento, por isso a abstenção.

Alexandre Azevedo Pinto (PS), chamou a atenção para a mata do Fontelo, que esta completamente abandonada, não tem wc, não há o café de apoio, está completamente esquecida. E também quanto ao pavilhão do Fontelo, recém inaugurado e que apresenta infiltrações graves que impossibilitam o uso. Referiu preocupação em relação á cobertura do mercado dois de maio, pelo que lá se vai gastar para resolver o problema pelo telhado, quando o problema é o da ocupação funcional daquele território. Referiu ainda que há obras com as anuais o executivo e a junta deverão ter preocupação, nomeadamente, a radial de Santiago, Cava de Viriato, a própria feira de São Mateus. Referiu a questão da mobilidade, o atropelamento nas passadeiras da cidade, um problema que já devia ter sido resolvido á muito, com a iluminação das passadeiras.

Márcio Guerra(CDU), disse ser necessário uma melhoria da iluminação das ruas de Viseu, que ainda há carências, por exemplo no caso da Capitão Silva Pereira, António José de Almeida. Em relação ao boletim apelou aos presidentes do executivo e da assembleia para que seja inserida no boletim da junta uma página para as forças políticas representadas da assembleia aí possam escrever artigos de opinião.

Jorge Azevedo(CDS), disse concordar com a posição de Azevedo Pinto relativamente ao pavilhão e que devem ser tomadas medidas quanto á seguranças uma vez que há crianças que andam ali de um lado para o outro sujeitas a aleijarem-se e que no exterior existem tomadas, que não sabe se têm corrente ou não, de facilimo acesso. Relativamente ás passadeiras chamou a atenção para a necessidade da sua iluminação, nomeadamente na circunvalação, um problema grave que tem de ser resolvido com a máxima urgência.

O presidente do executivo disse que a segurança mais nas passadeiras é uma preocupação e é um assunto que está a ser analisado juntamente com o município.

O Presidente da Assembleia procedeu à leitura da minuta da ata, que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo outros assuntos a deliberar, foi encerrada pelas vinte e duas horas, dela se lavrando a presente ata que lide e achada conforme vai ser assinada para que conste.

O Presidente da Assembleia:

----- A 1ª Secretária:

----- O 2º Secretário: